

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FOAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.
Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agilides de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Major.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N. 364-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado n. 5903-72, de 02 de agosto de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

atribuir a José Rosa Filho, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, gratificação de função, correspondente ao símbolo 5-F, por estar exercendo as funções de Motorista no Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas a partir de 1.º de agosto de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 365-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n.º 5.871/72, de 02 de agosto de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

atribuir a Luiz Alberto Soffiatti Cassal, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, gratificação de função, correspondente ao símbolo 5-F, por estar exercendo as funções de Motorista no Departamento Legislativo, a partir de 02 de agosto de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 125.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 30 de Agosto de 1972 - (Quarta-Feira)

Presidência do sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

As 14.00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Antonio Beinatti — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Erondy Silvério — Antonio Maciel — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (40); achando-se ausentes os srs. Deputados: Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Lopes Júnior — Fabiano Braga Cortes — Emilio Carazzai — João Fadel e João Mansur. (7).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à **ORDEM DO DIA**, com a presença de 40 srs. Deputados.

Em Discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n. 56-72, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 175-70, de autoria do sr. Deputado Paulo Poli, autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, em Campo Bonito, Município de Guaraniagu, Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condição de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 31, quinta-feira à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n. 57-72.
Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 126.ª Sessão Ordinária

Realizada em 30 de Agosto de 1972 - (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Antonio Beinatti — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Erondy Silvério — Antonio Maciel — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Lopes Júnior — Fabiano Braga Cortes — Emilio Carazzai — João Fadel e João Mansur. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE:**

MENSAGEM:

Mensagem 39/72

Curitiba, 9 de agosto de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que visa majorar, para o equivalente a dois salários mínimos, o valor das pensões mensais de que tratam as leis nrs. 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54/63, de 22 de novembro do mesmo ano e art. 2.º, da Lei nr. 5.155, de 16 de junho de 1965.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, consubstanciando o resultado de critérios estudos feitos sobre a matéria, visa atualizar, de forma justa e racional, o valor das pensões concedidas com base nas referidas leis, a viúvas de ex-Deputados Estaduais ou de ex-Presidentes, Interventores ou Governadores do Paraná.

A fixação do valor das pensões, sob a forma de vinculação ao salário mínimo, constitui-se fator que merece ser devidamente ressaltado, pois doravante os reajustamentos serão efetivados automaticamente e portanto não mais dependerão de lei estadual específica.

A fim de que a concessão especial feita pelo Estado não perca os seus pleos e elevados objetivos, quais sejam, os de assistir e amparar as viúvas realmente necessitadas, o anteprojeto de lei conceitua, para os seus efeitos, a condição de exclusiva dependência a tal pensão, como sendo a da beneficiária que não perceba rendimentos de quaisquer fontes ou que, se os perceber, sejam eles inferiores ao valor correspondente a dois salários mínimos, caso este em que fará jus ao recebimento da diferença entre o rendimento auferido e aquele valor.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA**
Governador do Estado

Anteprojeto de Lei

Art. 1.º — O valor das atuais pensões de que tratam as leis nrs. 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54/63, de 22 de novembro do mesmo ano, fica elevado para o equivalente a dois salários mínimos fixados para a Capital do Estado, desde que as respectivas beneficiárias comprovem dependência exclusiva dessas pensões.

Parágrafo único — Considera-se, para os efeitos desta Lei, beneficiária de exclusiva dependência aquela que não perceba rendimentos de quaisquer fontes ou estes inferiores a dois salários mínimos, caso em que somente fará jus à diferença entre o rendimento auferido e o fixado neste artigo.

Art. 2.º — As atuais beneficiárias que não preencham os requisitos do artigo 1.º, permanecerão percebendo as pensões já concedidas respeitado o limite fixado pelo art. 2.º da Lei nr. 5.155, de 16 de junho de 1965.

Art. 3.º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das verbas próprias consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFFÍCIOS:

— Sob o nr. 175-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO PARCIALMENTE** o Projeto de Lei nr.:

57-72: — Do Senhor Deputado Luiz R. Soares, que visa dispor sobre a competência das Comissões Técnicas da Assembléia Legislativa para poderem requisitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, cópias de informações, pareceres ou quaisquer outros elementos fornecidos pelos órgãos da Administração direta e indireta do Estado. — A C.C.J.

— Sob os nrs. 174 — 173 — 172 — 171 — 170 — 169 — 168 — 166 — 165 — 164 — 163 — 162 e 161-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** os Projetos de Lei nrs.:

152-70 — Do Senhor Ex-Deputado Estadual José Alencar Furtado que visa criar uma Escola Técnica sob a forma de Fundação, na cidade de Paranavai. — A C.C.J.

127-70 — Do Senhor Deputado Ovidio Franzoni, que visa autorizar o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede na cidade de Rondon e jurisdição nos municípios de Cidade Gaúcha, Guaporema, Tapira e Nova Olímpia. — A C.C.J.

135-71 — Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola de 1.º e 2.º ciclos para funcionar a partir do ano letivo. — A C.C.J.

214-70 — Do Senhor Deputado Arthur de Souza, que visa criar na sede do Município de Curitiba, uma Escola Normal de grau secundário. — A C.C.J.

145-71 — Do Senhor Deputado Fuad Nacli, que visa criar uma Escola Normal Colegial Estadual, no Município de Nova Aurora, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

175-71 — Do Senhor Deputado Wilson Brandão, que visa criar na sede do Município de Dr. Camargo, uma Escola Técnica de Comércio, de Grau Colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

195-70 — Do Senhor Ex-Deputado Estadual Túlio Vargas, que visa criar uma Escola Normal de grau colegial, na sede do Município de Marumbi. — A C.C.J.

74-70 — Do Senhor Ex-Deputado Estadual Túlio Vargas, que visa transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a rodovia no Município de Guaraniagu que liga a BR-277, da altura do quilômetro 315, até o Rio Piquiri, divisa com o Município de Palmital. — A C.C.J.

92-70 — Do Senhor Deputado David Federmann, que visa transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria a estrada que liga Carambei a Tibagi, com extensão de 30 Kms. — A C.C.J.

123-71 — Do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que visa criar na sede do Município de Astorga, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos municípios de Santa Fé, Iguaraçu, Flórida, Lobato, Munhoz de Melo e Sabáudia. — A C.C.J.

199-70 — Do Senhor Deputado Paulo Poli, que visa criar uma Escola Técnica de Comércio de Mamboré, no Município de Mamboré, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

202-69 — Do Senhor Ex-Deputado Seme Scaf, que visa criar um Ginásio Estadual no Município de Grandes Rios, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

224-71 — Do Senhor Deputado João Mansur, que visa conceder um Ginásio mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a José Boiko e Anna Boiko. — A C.C.J.

69-71 — Do Senhor Deputado João Mansur, que visa autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Três Barras, Município de Catanduvas, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei nrs. 268-71 — 292-71 — 71-72 — 73-72 — 118-72.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 140/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:
Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo de Saudades, com as seguintes divisas: "Parte de Foz do Lageado Pães com o rio Iguazu, sobre por esse Lageado até a cabeceira, de lá acompanhando a divisa do lote nr. 232 da Linha Biguá da Gleba Chopinzinho até encontrar o Lageado Creolim, por esse acima até encontrar o divisor dos lotes nr. 35 ao 26 a Linha Biguá, de lá em linha reta acompanhando a linha da divisa da Gleba Chopinzinho, até encontrar a divisa do Distrito de Sede Sulina do Município de Chopinzinho, por essa divisa até o rio Iguazu e por esse acima até o Lageado Pães, ponto de partida".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1972.

(a) Cândido Martins de Oliveira

JUSTIFICATIVA: — Será feita em Plenário.

Projeto de Lei n.º 141/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:
Art. 1.º — Fica criado, no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo do Bugre, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes: — Com o Distrito de São Luiz D'Oeste: — começa no rio Iguazu, no ponto do travessão que divide os Quinhões nr. 2 com os Quinhões nrs. 3 e 4 da Gleba Chopinzinho; sobe pelo travessão até encontrar o Rio Canoá; desce por este até o rio Chopinzinho; sobe pelo rio Chopinzinho até o rio Bugre; por este acima até o Lageado Gamelão, continuando por este, acima, até a linha seca da divisa do Distrito de São Luiz D'Oeste com a sede municipal.
— Com o 1.º Distrito da sede municipal: — segue pelo Lageado Gamelão até sua cabeceira; daí, em linha reta, passando pela cabeceira do rio Bugre, até encontrar o Lageado Grande dos Índios; por este, abaixo, até encontrar o rio Iguazu e por este, abaixo, até o ponto do travessão, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1972.

(a) Cândido Manoel M. de Oliveira

JUSTIFICAÇÃO: — A medida que ora se propõe, decorre do fato de contar aquela localidade com as condições para se tornar Distrito Administrativo, além de constituir, ainda justa reivindicação do seu povo. Daí esperarmos, para a aprovação deste plano de lei, contar com o apoio desta nobre Casa.

Projeto de Lei nr. 142/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:
Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a efetivar os atuais servidores, contratados como pesadores, que contem com cinco ou mais anos de serviço, prestados ao Estado.

Art. 2.º — Os servidores, referidos no artigo anterior, que tenham concluído o curso de Técnico de Contabilidade, serão classificados na série de classes correspondente, do Quadro de Pessoal Civil do Estado.

Art. 3.º — O tempo de serviço de contratado, dos servidores abrangidos por esta Lei, será devidamente contado como de efetivo serviço público estadual.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 1972.

(a) Cândido M. M. de Oliveira

JUSTIFICAÇÃO: — Os ensacadores, contratados pelo Estado, visados pelo presente projeto de lei, diferem do funcionário efetivo apenas por não possuírem os direitos e garantias da efetividade.

Impedidos de contribuir, são marginalizados da previdência e da assistência dos órgãos especializados do Estado, o que, sem dúvida, configura uma situação de disparidade inaceitável.

São poucos os ensacadores, embora desempenhem uma importante e eficiente atividade, ligada às nossas principais iniciativas econômicas.

Por esses detalhes, espera-se o apoio e a aprovação desta medida de alto sentido social e humano.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constantes do Expediente. Necessitam de apoioamento. Apoiados. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Srs. Deputados.

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nr. 22-72 — Ex-Proposição nr. 103/72 — aprova em todos os seus termos, o Convênio celebrado a 9 de dezembro de 1971, entre o Departamento Estadual de Trânsito e o Município de Curitiba, conforme disposto no artigo 37, do Regulamento Nacional de Trânsito. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nr. 22/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:
Art. 1.º — Fica aprovado em todos os seus termos, o Convênio celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito e o Município de Curitiba, em 9 de dezembro de 1971, de conformidade com o disposto no artigo 37, do Regulamento Nacional de Trânsito.

Art. 2.º — Esta Resolução vigorará a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente.

Basílio Zanusso — Relator.

Gabriel Manoel

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei nr. 266/71, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Colaboradores da Escola para Surdos "EPHETA", com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei nr. 266/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Colaboradores da Escola para Surdos "EPHETA", com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente.

Basílio Zanusso — Relator.

Gabriel Manoel

Redação Final — do Projeto de Lei n. 290-71, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Astorga, a Motoniveladora marca ADAMS com características que especifica. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n. 290-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Astorga, 1 (uma) Motoniveladora, marca ADAMS, modelo 610, série 3351, chassis n. UDC-8764, motor n. UDCM-8764, equipada com 6 pneus.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Gabriel Manoel

Redação Final — do Projeto de Lei n. 59-72, ofício n. 66-72, referente a Mensagem n. 49-71, cria o Fundo de Desenvolvimento Rural e dá outras providências. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n. 59-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Governo do Estado, dada a sua função social e precípua de promover o desenvolvimento de áreas rurais, estagnárias em exploração racional, adotará a implantação e reformulação de núcleos produtores que atuarão como polos de influência técnica na exploração agropecuária.

Parágrafo único — A implantação e reformulação de que trata este artigo deverão integrar, por programas, os diversos projetos agropecuários, aos de implantação de infra-estrutura econômica e social dentro da mais completa harmonia.

Art. 2.º — Para dotar o Estado do Paraná de recursos necessários à implantação de Programas e Projetos integrados, fica criado o Fundo de Desenvolvimento Rural.

Art. 3.º — A receita do Fundo de Desenvolvimento Rural é constituída de:

I — 80 por cento do produto da venda de terras devolutas do Estado do Paraná;

II — Verbas que vierem a ser consignadas no orçamento estadual ao Fundo;

III — Verbas que vierem a ser consignadas em orçamentos Federal e Municipal ao Fundo.

Art. 4.º — O Fundo será administrado pela Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, nos termos e condições que forem fixadas em decreto do Poder Executivo.

Art. 5.º — Os recursos do Fundo, observados os critérios estabelecidos no artigo 1.º desta Lei, serão destinados a atender aos projetos específicos, previamente aprovados, incumbindo o controle de sua execução à administradora do Fundo.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Gabriel Manoel

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 268-71, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Professores "Maria Junqueira Schmidt" com sede na cidade de Maringá. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 292-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 49-71, encaminhando anteprojeto de Lei que institui a Fundação Instituto de Terras e Cartografias do Estado do Paraná — I.T.C. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 71-72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, concede o Título de "Cidadã Benemerita do Paraná" à Senhora Dalila de Castro Lacerda. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 73-72, de autoria do Dep. Borsari Netto, estabelece prazo de quarenta e cinco dias às Câmaras Municipais, na apreciação de projetos de leis oriundos do Poder Executivo Municipal e dá outras providências. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 118-72 — Mensagem n. 32-72, encaminhando anteprojeto de Lei que cria, na Procuradoria Geral da Justiça, três cargos de Procurador da Justiça. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 14-72, de autoria do Dep. Erondy Silvério, dá nova redação ao artigo 1.º da Lei n. 4.980, de 7 de dezembro de 1964, que declarou de Utilidade Pública o ASILO SÃO LUIZ. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 114-72, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo a conceder o Título de "Cidadão Benemerito do Paraná", a Sua Excelência Reverendíssima Dom Jaime Luiz Coelho, Bispo da cidade de Maringá. — Parecer favorável da C.C.J. — **COM SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado artigo por artigo.**

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 15-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 4-72, dispondo sobre a participação do Estado, junto com o Governo Federal, através da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), com o Município de Curitiba e outros, da constituição de uma Sociedade de Economia Mista com finalidade de explorar centrais de abastecimentos como especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGENCIA. Aprovado.
MENSAGEM N. 4-72

Projeto de Lei n. 15-72

Curitiba, 10 de abril de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a participar da constituição, juntamente com o Governo Federal, através da Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, e com o Município de Curitiba e outros, de uma Sociedade de Economia Mista com a finalidade de implantar, construir, instalar, explorar e administrar, na Capital do Estado e no interior, Centrais de Abastecimento destinadas a operar como centro polarizador e coordenador do abastecimento de generos alimentícios e incentivador da produção agrícola.

A medida submetida a essa Augusta Casa de Leis é altamente significativa e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade estando em perfeita sintonia com uma das metas prioritárias do Governo Federal, qual seja a da consolidação de um Sistema Nacional de Abastecimento, na forma prevista pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Economico e Social — PND, cujo assunto foi destacado com a maior ênfase no pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Doutor Luiz Fernando Cirne Lima, quando das solenidades da constituição da CEAPAR, empresa da qual o Estado deverá participar após o advento da Lei ora proposta.

Ademais, merece ser ressaltado que a execução do plano preconizado, para ação conjunta da União, Estado e Municípios, se constitui num importante e decisivo passo para solução dos problemas relacionados com abastecimento, servindo, também, como eficiente instrumento incentivador da produção agrícola, alargando as perspectivas de mercado e permitindo comercialização a preço justo.

Por outro lado, deve ser salientado que o anteprojeto de Lei anexo resulta de estudos feitos por técnicos no assunto, estando a matéria em questão plenamente consona com as normas da Legislação Federal especifica.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) **PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA**

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

N/CAPITAL

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a participar, juntamente com a União Federal, através da Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, com o Município de Curitiba e outros, da Capital de Abastecimento do Paraná S.A. — CEAPAR, sociedade de economia mista constituída com a finalidade de implantar, construir, explorar e administrar, na Capital do Estado e no interior, centrais de abastecimento destinadas a operar como um centro polarizador e coordenador do abastecimento de generos alimentícios e incentivador da produção agrícola.

Art. 2.º — A participação do Estado no capital inicial da CEAPAR e nos posteriores aumentos será procedida em comum acordo com a União Federal, através da COBAL e com a Prefeitura de Curitiba.

Parágrafo único — A participação do Estado no capital inicial será de até Cr\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros), mediante a transferência de ações subscritas por entidades da administração indireta.

Art. 3.º — A CEAPAR reger-se-á pelas normas estabelecidas em sua Constituição, dentre as quais obrigatoriamente sempre constarão:

a) que a integralização do capital inicial e seus posteriores aumentos possa ser realizada, em dinheiro em bens de outros valores suscetíveis de avaliação, pertinentes ao empreendimento;

b) que no capital final da sociedade nenhum acionista deterá número de ações superior a 50% (cinquenta por cento) do capital, estabelecendo-se, em comum acordo entre os acionistas, a época oportuna para a consecução dessa proporcionalidade;

c) que caso qualquer dos acionistas venha a ser compelido e honrar garantias dadas em operações financeiras contratadas pela sociedade, o crédito então resultante será convertido em ações.

Art. 4.º — A CEAPAR será administrada na forma estabelecida em seus Estatutos.

Art. 5.º — Fica o Poder Executivo autorizado a garantir as operações financeiras, que para implantação do empreendimento, a Sociedade veja-se na contingência de realizar, inclusive caucionando quotas do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Art. 6.º — As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta da verba própria do orçamento vigente.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 15-72

SÚMULA: — Mensagem n.º 4-72, dispondo sobre a participação do Estado, junto com o Governo Federal, através da Cia. Brasileira de Alimentos e outros, para a constituição de uma sociedade de economia mista com finalidade de explorar centrais de abastecimentos.

PARECER

O presente Projeto de Lei, originário de mensagem governamental, visando construir, instalar, explorar e administrar na Capital e no interior, Centrais de Abastecimento através de uma Sociedade de Economia Mista, em conjunto com a COBAL, Município de Curitiba e outros, está em sintonia perfeita com as metas do Governo Federal no sentido da solução dos problemas da produção agrícola e abastecimentos.

Do ponto de vista constitucional a matéria em estudo não encontra óbice. Sua aprovação atende as necessidades e interesses da coletividade.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

Ovidio Franzoni

Luiz Roberto Soares

Paulo Camargo

Emilio Carazzai

Maurício Fruct

Cândido Martins de Oliveira

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n. 15-72

1) — A presente proposição tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a participar da constituição juntamente com o Governo Federal, através da COBAL, e com o Município de Curitiba e outros de uma sociedade de economia mista, com a finalidade de implantar, construir, instalar, explorar e administrar na Capital do Estado e no interior, centrais de abastecimento de generos alimentícios e incentivador da produção agrícola.

2) — A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria, opinou favoravelmente à sua aprovação.

3) — No que se refere ao aspecto financeiro nada há a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.

aa) Fuad Nacii — Presidente

Antonio Belinati — Relator

Odilon Reinhardt

João Fadel.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 26-72, de autoria do Dep. Arthur de Souza, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Economistas do Paraná, com sede e foro nesta Capital. — Parecer favorável da C C J — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 26-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Economistas do Paraná, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1972.

a) Dep. Arthur de Souza

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Economistas do Paraná — AEP, tendo como sede e foro na cidade de Curitiba e jurisdição em todo o Estado do Paraná, foi fundada em 1935 e é uma entidade representativa dos servidores da Caixa Econômica Federal do Paraná, sendo regida, na forma da Lei, por Estatuto registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Capital (1.º Ofício). A referida Associação tem por fim estimular a solidariedade da classe econômica e o aperfeiçoamento físico e moral dos seus integrantes, bem como prestar-lhes assistência e defender-lhes os legítimos interesses, coletivos ou individuais, de acordo com as possibilidades dos recursos sociais.

Pelos relevantes serviços que presta à classe econômica, essa entidade já se impôs ao respeito da sociedade e torna-se, por isso, credora do reconhecimento dos Poderes Públicos, daí o projeto que ora submetemos ao estudo e à deliberação da Casa.

PROJETO DE LEI N. 26-72

AUTOR: Dep. Arthur de Souza.

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Economistas do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

PARECER

De autoria do nobre Deputado Arthur de Souza, o presente Projeto de Lei visa declarar de utilidade pública a Associação dos Economistas do Paraná.

Formulado segundo as regras estabelecidas pelo Regimento Interno e, considerando as elevadas finalidades da Instituição em causa, e ainda o atendimento das exigências legais por parte da mesma, opinamos pela aprovação do Projeto em foco.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

Luiz Roberto Soares

Ovidio Franzoni

Cândido Martins de Oliveira

Emilio Carazzai

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final para vários Projetos de Lei. — **Aprovado.**

Esta Presidência comunica aos srs. Deputados, que haverá uma Sessão Solene, sexta-feira às 18,50 horas, com a presença do sr. Governador e o Comandante da 5.ª Região Militar, em comemoração ao Sesquicentário.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 31, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Redação Final — dos Projetos de Lei n.s 160-70, 185-70, 201-71 e 213-71.

3.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 14-72 e 114-72.

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 15-72 e 26-72.

1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 240-69, 311-70, 189-71, 287-71, 16-72, 34-72 e 112-72.

A Presidência marca ainda uma Sessão para sexta-feira, dia 01, às 10 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 5-72 e dos Projetos de Lei n.s 186-70, 251-70, 268-71, 292-71, 68-72, 71-72, 73-72 e 118-72.

3.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 15-72 e 26-72.

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 240-69, 311-70, 189-71, 287-71, 16-72, 34-72 e 112-72.

1.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 25-72 e dos Projetos de Lei n.s 86-70 e 216-70.

Levanta-se a Sessão.